



NOVO MARCO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: AGILIDADE SEM ABRIR MÃO DA FISCALIZAÇÃO

O Senado aprovou o Projeto de Lei 2159/2021, que institui a primeira Lei Geral do Licenciamento Ambiental do Brasil. A proposta, que agora será analisada pela Câmara dos Deputados, tem como objetivo unificar mais de 27 mil normas estaduais e federais, criando um marco nacional que traga mais agilidade, clareza e segurança jurídica aos processos, especialmente em setores estratégicos como o agronegócio e a infraestrutura.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura e relatora da matéria tanto na Comissão de Agricultura quanto em plenário, teve papel central na articulação e aprovação do texto. Para ela, a proposta representa um avanço necessário. “Estamos criando uma lei moderna, que reduz a burocracia sem abrir mão da responsabilidade ambiental. O Brasil precisa destravar seus investimentos e gerar desenvolvimento com segurança jurídica”, afirmou.

Hoje, o licenciamento ambiental no Brasil é visto como um dos principais gargalos para o setor produtivo. O processo é muitas vezes lento, desorganizado e sujeito a interpretações conflitantes entre entes federativos. Levantamento da consultoria WayCarbon indica que o tempo médio para obtenção de licenças mais complexas pode chegar a 631 dias. Projetos ficam parados, produtores não conseguem operar legalmente e o crédito rural se torna inacessível sem a documentação ambiental exigida.

O novo marco mantém o modelo trifásico tradicional (Licenças Prévia, de Instalação e de Operação), mas cria alternativas como licenças por adesão e compromisso. Também estabelece prazos máximos (de 3 a 10 meses), digitaliza os processos por meio do Sinima e regulamenta casos de dispensa de licença para atividades de impacto mínimo. Ao mesmo tempo, endurece penalidades para fraudes, permite cassação de licenças obtidas com informações falsas e prioriza a fiscalização em áreas mais sensíveis.

Para o agronegócio, responsável por mais de 23% do PIB e metade das exportações brasileiras, o novo marco é visto como uma ferramenta fundamental para manter a competitividade global. “É possível proteger o meio ambiente e, ao mesmo tempo, garantir o progresso do Brasil que produz”, reforçou Tereza Cristina. A expectativa é que a nova legislação fortaleça a confiança de investidores e promova um licenciamento mais eficiente, transparente e equilibrado.

